

CÂMARA

Lisboa liberta 20 milhões e paga dívidas

A Câmara Municipal de Lisboa aprovou ontem por unanimidade uma alteração ao orçamento para libertar 20,4 milhões de euros para pagar as dívidas da autarquia a 1.287 empresas. O presidente do município, António Costa, explicou que o dinheiro sai da verba prevista para pagar os juros do empréstimo à Caixa Geral de Depósitos pelo plano de saneamento que o Tribunal de Contas chumbou na semana passada.

“É incerto quando virá [o empréstimo], pelo que a Câmara não irá utilizar para já este dinheiro para pagar juros”, afirmou o autarca lisboeta à agência Lusa.

ÍNDICE ISEG EM FEVEREIRO

Actividade económica melhora

A actividade económica portuguesa melhorou em Fevereiro, face ao mês anterior, segundo o índice do Instituto Superior de Economia e Gestão (ISEG), divulgado ontem. O indicador mensal de expectativas sobre a evolução de curto prazo da economia portuguesa registou uma subida “ligeira” de 0,2 pontos, para 50,5 pontos. O ISEG adianta ainda que aumentou o consenso dos membros do painel relativamente à evolução económica. O índice foi divulgado pela primeira vez em Outubro de 2004. O seu valor pode variar entre zero e 100 e é elaborado por um painel de 16 professores do ISEG.

RECTIFICAÇÃO

No texto de ontem sobre IDE, escreveu-se que “Novo IDE compensa apenas 1/3 dos desinvestimentos” e que “As entradas de IDE em 2007 compensam apenas um terço do desinvestimento”. Contudo, estas frases não espelham a realidade. Em 2007, as entradas de IDE foram de 28 mil milhões de euros, crescendo 4% face a 2006. Por seu lado, os desinvestimentos aumentaram 15% para 25 mil milhões. O IDE líquido aumentou, portanto, em 2007, mas menos do que em 2006. Ou seja, como a aceleração das saídas foi três vezes superior à das entradas, o saldo líquido de IDE no ano passado foi de 3,7 mil milhões de euros, 37% inferior ao que tinha sido conseguido em 2006. Aos visados e aos leitores as nossas desculpas.

JUSTIÇA

Fisco deixou prescrever 65 crimes em tribunal em 2007

Tribunais de Lisboa receberam os processos fora do prazo

Filomena Lança

filomenalanca@mediainfin.pt

Atrasos da Administração Fiscal no procedimento necessário e, consequentemente, participação tardia, levaram à prescrição de 65 crimes tributários no ano passado. Os números foram ontem divulgados pela Procuradoria-geral Distrital (PGD) de Lisboa, que contabilizou, no total, 112 arquivamentos por prescrição do procedimento criminal. Sem avançar valores comparativos com anos anteriores, a PGD lembra que a criminalidade fiscal é uma “área em que nos últimos anos se faz sentir um grande reforço da actividade da Administração Fiscal, com o levantamento de situações por vezes ocorridas há alguns anos”.

Nos crimes tributários, a “participação tardia” implica que passaram, pelo menos, cinco anos desde que os crimes em causa foram praticados, uma vez que é esse o prazo previsto na Lei para que se extinga o procedimento criminal por efeito de prescrição. Entre os crimes tributários incluem-se, por exemplo, o abuso de confiança fiscal ou a fraude e evasão.

A PGD de Lisboa não divulga quais as tipologias incluídas nestas prescrições, nem o valor dos proces-



Prescrições | Maior parte dos casos “arquivados” respeita a crimes de abuso de confiança fiscal.

sos fiscais em causa, até porque nem sempre a responsabilidade criminal em matéria fiscal aparece associada aos valores em dívida – a parte da cobrança é competência do Fisco, que depois se limita a comunicar os factos que envolvem infrações criminais.

O Departamento de Investigação e Acção Penal (DIAP) de Lisboa foi o que se registou o maior número de casos de prescrição (52), sendo que 40 resultaram de participação tardia. Na comarca de Loures foram

28 casos e na de Sintra, 17.

Ainda segundo o balanço ontem apresentado pela PGD de Lisboa, o número de arquivamentos total (112), diminuiu face aos 153 registados no ano anterior. 29 ficaram a dever-se a atrasos dos magistrados ou dos serviços judiciais, que deram origem à abertura de processos judiciais.

Também o número total de processos findos – 186.297 em todo o distrito – diminuiu face aos 193.280 contabilizados no ano anterior.

112
crimes

Total das prescrições contabilizadas no distrito de Lisboa.

AGRICULTURA

Reforma da PAC pode dar mais dinheiro aos agricultores portugueses mas retirar ao Estado

Filipe Paiva Cardoso

filipecardoso@mediainfin.pt

As mudanças que a Política Agrícola Comum (PAC) pode vir a sofrer com o processo de reforma que está em cima da mesa de Bruxelas ao longo de 2008 poderão resultar num aumento do total de ajudas que os agricultores portugueses recebem. Em troca, porém, o Estado pode vir a ser obrigado a co-financiar o “pilar 1” – investimento público – das ajudas, hoje pagas a 100% pela Comissão, segundo explicou Capoulas Santos, do Grupo Socialista ao Parlamento Europeu e relator deste dossier, ao Jornal de Negócios.

A introdução do co-financiamento no “pilar 1” – o mais volumoso das ajudas de Bruxelas – será a moeda de troca exigida pelos “grandes” europeus, como Espanha, França ou Alemanha, para aceitarem o “desligamento” total das ajudas – não estarem directamente ligadas ao volume produzido – e à atribuição destas mediante critérios de protecção do ambiente, geração de emprego e qualidade dos cultivos, ao invés das actuais razões “his-

Três perguntas a...

[CAPOULAS SANTOS, DEPUTADO E RELATOR DA REFORMA]

Quais as principais alterações que gostaria de ver introduzidas na PAC?

Em primeiro lugar o desligamento total das ajudas, mas com a obrigação dos agricultores produzirem, introduzindo-se como mecanismos de cálculo de atribuição das ajudas, não os períodos históricos, mas sim factores como o emprego, respeito pelo ambiente e qualidade. Além disto, também a introdução da modulação progressiva [percentagem das ajudas a retirar aos maiores beneficiados] e o estabelecimento de um tecto máximo como existe nos EUA, por exemplo de 200 mil euros. Uma medida que seria introduzida ao mesmo tempo que a elevação do nível de isenções [da modulação] dos actuais 5 mil euros para, por exemplo, 10 mil euros.

Quais as maiores resistências que as suas sugestões poderão encontrar?

É de esperar uma grande resistência por parte dos espanhóis, por exemplo, porque com o desligamento total das ajudas torna-se mais fácil mudar os critérios de atribuição das ajudas e acabar com o “histórico”, e tal irá fazer com que os países que recebiam menos passem a receber mais e vice-versa. Por exemplo, as ajudas ao que se produz beneficiam bovinos e cereais, onde Portugal não apresenta as melhores condições, ao passo que ao nível da vinha as ajudas não são fortes, sendo que é aqui que Portugal é forte. A PAC não está à medida de Portugal e dos “pequenos”, agora vamos tentar “adaptá-la”.

O que espera da presidência francesa da CE ao nível da renovação da PAC?

Não é por acaso que a PAC é a grande prioridade dos franceses. Esta reforma vai ser jogada em muitos tabuleiros e qualquer concessão neste campo vai ter que ser compensada noutras.

tóricas” – o agricultor recebe em função do que produziu num dado período. “Caso o desligamento total avance, torna-se mais fácil alterar os critérios históricos da atribuição das ajudas. Se estes critérios mudarem, então os países que recebem menos, como Portugal, passarão a receber mais, enquanto que os que recebem mais receberão menos”. Tal acontecerá porque, conforme explicou, “um hectare em França produz 10 toneladas de trigo, mas em Portugal produz três toneladas”. Isto implica que, com as ajudas a serem pagas em função do produzido, o agricultor português fica em desvantagem, ainda que as razões da menor produção sejam ambientais.

“Os ‘grandes’ percebem que não há como fugir à mudança desta lógica, porém vão aceitá-la mediante um preço”, disse Capoulas Santos, apontando então o “co-financiamento do pilar 1” como “o preço” a pagar, já que tal medida diminuirá os encargos dos ‘grandes’ com o orçamento da PAC. Pelas contas do ex-ministro da Agricultura, tal alteração pode custar ao orçamento português até 100 milhões de euros.